

O Uruguai como alvo da ditadura brasileira de segurança nacional

Uruguay as target of the Brazilian national security dictatorship

Enrique Serra Padrós

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

lola@adufrgs.ufrgs.br

Resumo: O presente artigo relaciona a atuação extra-fronteiriça da ditadura brasileira pressionando países vizinhos do Cone Sul para obter colaboração no controle dos seus exilados espalhados pela região. Da mesma forma, examinam-se suas preocupações com o surgimento de “focos subversivos” ao redor das suas fronteiras. Analisaremos o caso uruguaio (1964-1973) por ser emblemático dessas relações que sintetizam as responsabilidades do Brasil na eclosão de golpes de Estado e na consolidação de ditaduras de segurança nacional na região.

Palavras-chave: Conexão Repressiva Brasil-Uruguai; Uruguai; Ditaduras de Segurança Nacional.

Abstract: The following paper relates the extra-border actions imposed by the Brazilian dictatorship on its neighboring countries of Cone Sul to obtain collaboration, in order to control the exiled militants in the region. Furthermore, it is examines their concern with the appearance of the “subversive foci” around its borders. The Uruguayan case (1964-1973) is considered due to its emblematic relations which synthesize the Brazilian responsibilities in the outbreak of the coups d’état and in the consolidation of national security’s dictatorship in the region.

Keywords: Brazilian-Uruguay Repressive Connection; Uruguay; National Security’s Dictatorship.

Brasil, Cone Sul e Doutrina de Segurança Nacional

A participação do Brasil na espiral que instalou regimes de exceção nos demais países do Cone Sul é um tema que ainda enseja pesquisas mais aprofundadas; os estudos sobre o protagonismo brasileiro no contexto latino-americano, entre as décadas de 1960 e 1980, é algo que precisa ser redimensionado, especialmente se considerarmos certos fatores de poder (na acepção de Marcel Merle¹) como, por exemplo, o tamanho do país, da sua população e da sua economia na eclosão e consolidação da onda golpista regional (como efeito dominó expansivo).

Partimos, na nossa análise, de uma percepção que relaciona o Brasil com o restante da região, especialmente com os países do Rio da Prata; nesse sentido, o Estado do Rio Grande do Sul, enquanto estado fronteiriço, no extremo sul do país, ganha, nesse cenário, uma dimensão estratégica peculiar; através do dinamismo dos fluxos que percorrerão seu território é possível estabelecer marcos de vinculação a partir de uma perspectiva de história conectada que relaciona experiências nacionais diversas, independente do reconhecimento da autonomia dos processos internos e dos seus traços específicos. Pensar o golpe de Estado de 1964, em clave latino-americana, possibilita obter maior inteligibilidade na análise do desenvolvimento dos processos nacionais no transcorrer dos anos 60, independente do fato de que a instalação das ditaduras na Bolívia, no Chile, no Uruguai e na Argentina tenha ocorrido tempo depois.

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) é um dos fios condutores que permitem uma aproximação em perspectiva sobre a região. Mesmo reconhecendo a manifestação de outros aspectos doutrinários em cada um dos Estados discricionários da região, ela serve como baliza para a compreensão dos acontecimentos e das motivações na ação de determinados protagonistas. De certa forma, ela também é pedra angular para entender a lógica da conexão repressiva desfraldada sobre as fronteiras limítrofes, nas suas mais variadas formas. Em primeiro lugar a DSN aponta como elemento mobilizador o anticomunismo de tempo de Guerra Fria (que, em alguns aspectos, é diferente daquele decorrente dos fatos de 1917).

Há também, como elemento estratégico e fundacional dessas ditaduras, a diretriz imperiosa de proteger o espaço e a comunidade nacional de qualquer contaminação ideológica advinda de dinâmicas externas ou produzida por focos internos; ou seja, na sua forma mais ativa, se trata da necessidade de garantir a defesa da segurança nacional. No caso do Brasil, embora esta premissa doutrinária seja associada a uma visão defensiva e de proteção territorial, na prática, expressa uma perspectiva ofensiva e agressiva contra toda e qualquer ameaça real ou potencial que possa ser identificada no interior dos países vizinhos ou até extra-regionais; tal ameaça pode ter um rosto estatal, guerrilheiro ou de organizações sociais consideradas subversivas. Quer dizer, em nome da defesa da segurança nacional, existe um clima de alerta e prontidão militar que esconde uma postura que ameaça, concretamente, a soberania dos países limítrofes².

¹ MERLE, Marcel. *Sociologia das Relações Internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

² Como exemplo disso, a pesquisa de Marla Assumpção Barbosa apresenta diversos documentos que corroboram a ocorrência de incursões militares ilegais sobre a zona de fronteira uruguaia à procura de exilados brasileiros (às vezes sob a fachada de combate ao contrabando). Longe de serem esporádicas, essas situações foram fonte de frequente mal-estar diplomático. Ver: BARBOSA, Marla Assumpção. *A Fronteira Geminada de Santana do Livramento-Rivera como Marco das Conexões Políticas Regionais e Internacionais: repressão e resistência em Áreas de Interesse da Segurança Nacional (1964-1973)*. Dissertação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Porto Alegre, 2014.

A defesa da nação e do espaço nacional tem, também, uma dimensão interna; ela passa pelo reconhecimento da existência do inimigo interno, o qual deve ser identificado e combatido de forma diferente daquilo que ditava a tradição das forças de segurança em cada um dos países. De fato, para enfrentá-lo os grupos golpistas anunciavam ser necessário uma “guerra interna” que, diante da metodologia repressiva aplicada, virou uma “guerra suja”³, ou seja, a aplicação de uma violência estatal com o uso de métodos repressivos anticonvencionais e totalmente ilegais (parte deles reconhecidos, posteriormente, como crimes de lesa-humanidade).

Finalmente, outra diretriz que precisa ser destacada para efeitos da nossa problemática é a instrumentalização da noção de fronteiras ideológicas, outro aspecto fundamental, estratégico; que, ao conferir-lhe primazia sobre a diretriz de fronteira política, possibilita, em termos concretos, o reconhecimento de que não há limite territorial para a ação do Estado em ação punitiva contra a dissidência política. Em termos concretos, no caso brasileiro, isto se verifica desde o primeiro momento em que se instala a ditadura, quando o inimigo interno atravessa a linha da fronteira nacional, na busca por um cenário mais seguro. Diante disso, os protagonistas nacionais e regionais que coincidem na defesa da DSN e no combate contra qualquer foco considerado subversivo, iniciam intercâmbio de experiências e propostas que contribuam na construção de um mecanismo político de consenso regional e que viabilize o controle de todos aqueles que são vistos como perigosos para os interesses nacionais, regionais e até, da segurança interna estadunidense - compreendida pela própria superpotência, quase como um somatório da segurança interna continental.

A associação da diretriz da prioridade das fronteiras ideológicas com a presença do inimigo interno impõe a compreensão de que a preocupação com este não se esgota quando abandona o país. No caso de algumas ditaduras latino-americanas, embora o abandono do país por parte da oposição fosse um fato desejado, nunca houve consenso em relação a isso, pois o fato do inimigo interno estar fora das fronteiras nacionais criava uma situação muito particular. A organização de um exílio com capacidade política de acesso a meios de comunicação que não estavam amordaçados pelos efeitos da censura configurava algo incômodo para os regimes de força; as constantes denúncias sobre abusos de poder e crimes cometidos contra uma população indefesa nos países de origem e o trabalho constante junto a instituições estatais governamentais e não-governamentais produzia ressonância junto à opinião pública internacional, gerando ondas de indignação e pressão que visavam condenar e isolar aqueles regimes no plano internacional. Em curto prazo, a atuação do exílio podia gerar enorme desgaste para os novos regimes e, muitas vezes, superava os ganhos de certa estabilidade interna obtida, inclusive, diante da ausência daqueles cidadãos que haviam abandonado o país⁴.

As ditaduras foram aprendendo que o silêncio interno obtido e imposto através de uma espécie de política de “paz de cemitérios” contrastava enormemente com o barulho ensurdecedor promovido pelo exílio organizado, que não estava submetido às mesmas regras da cidadania represada nos marcos fronteiriços nacionais. Não demorou muito para que o poder discricionário compreendesse que o controle do país não era garantia suficiente para o sucesso da imposição de restrições sobre a população, de forma geral, e da submissão da oposição. Os tentáculos da atuação estatal saneadora esbarravam com a falta de

³ Utilizo as expressões “guerra”, “guerra interna” ou “guerra suja” na acepção conferida pelos executores da lógica da DSN, da qual, evidentemente, discordo.

⁴ Provavelmente, esse é um dos motivos a se levar em conta quando se procura explicar o caráter massivo da prisão política uruguaia em tempos de ditadura ou o processo de aniquilamento em grande escala levado adiante pelas Juntas Militares argentinas, impondo um esquema de rigoroso fechamento de fronteiras visando impedir a saída do maior número de perseguidos.

legitimidade para atingir aquela parcela da dissidência localizada em área protegida por outra soberania nacional; a eficácia repressiva contra eles passava pela construção de uma legitimidade que, minimamente, devia ser obtida através da negociação e definição de pactos com correntes de coincidência ideológica ou que eram tolerantes com a aplicação de certa metodologia operativa (encobrimento, sequestros, extorsões, etc.). Desta forma, foram sendo montadas estruturas de conexão e colaboração (informal ou institucional), nos países que acolhiam os exilados produzidos pelo avanço de ditaduras na região⁵. Assim, foram negociados ou recuperados, de maneira formal ou informal, pactos mínimos de colaboração; os quais, na prática, foram retomados⁶, reconfigurados ou fundados ante um quadro de fatos, interesses e protagonismos resultantes da combinação de contextos sobrepostos (a Guerra Fria, os efeitos da Revolução Cubana, as radicalizações nacionais).

A política brasileira do novo regime pretendeu, ainda, apresentar-se como fator de equilíbrio regional e como peça essencial no combate ao comunismo. Às suas históricas pretensões expansionistas de influência no subcontinente sul-americano, tendência muito cara e sempre presente nos manuais da geopolítica dos anos 50 e 60, acrescentava-se, desde a Revolução Cubana, uma indisfarçada inquietação com a perspectiva do surgimento de focos de tensão nos países limítrofes, já que podiam constituir-se, como potenciais germens geradores de situações de instabilidade em território nacional. Em função disso, a ditadura brasileira adicionou mais um motivo para acompanhar com muito interesse a evolução dos acontecimentos na região; aos interesses geopolíticos tradicionais, à militarização histórica das fronteiras e à vigilância permanente do inimigo interno exilado acrescentou, ainda, o acompanhamento da política interna dos países do Cone Sul.

O Brasil, em outras palavras, passou a preocupar-se com o surgimento de inimigos internos assemelhados aos próprios, só que de Estados limítrofes. Ou seja, o inimigo interno dos governos amigos também era percebido como potencial inimigo da ditadura brasileira, considerando a lógica da DSN. Tudo isso ajuda a entender o movimento que o Brasil fez, na época, sobre as fronteiras do Cone Sul. Da mesma forma que tem sentido a denúncia do papel desempenhado pelos EUA na eclosão e consolidação das ditaduras na região, também é possível encontrar traços e pegadas da ditadura brasileira nessa trilha. Por interesses próprios ou associados à política hemisférica dos EUA, a ditadura brasileira também teve a sua parcela de participação no advento do “oceano” de segurança nacional na região. Não é excessivo responsabilizar a ditadura brasileira por essa conduta; há uma dívida a saldar: o pedido formal de desculpas aos cidadãos dos países vizinhos que foram agredidos por ditaduras que, por sua vez, contaram com a sua ajuda, respaldo ou colaboração.

Uruguai: particularismos em um universo latino-americano

Considerando que o Uruguai contemporâneo, como objeto de estudo, ainda é muito pouco estudado pela historiografia brasileira⁷ e, portanto, bastante desconhecido, exporei alguns elementos norteadores

⁵ O exílio paraguaio foi o primeiro a sofrer em larga escala, ações de cerceamento e monitoramento em territórios de países vizinhos. BOCCIA PAZ, Alfredo, et al. *Es mi informe: los archivos secretos de la Policía de Stroessner*. Asunción: Servilibros, 2006.

⁶ Os registros de colaboração policial nos marcos do Cone Sul são antigos e remetem, pelo menos, à existência das agitações anarquistas e comunistas nos anos 20 e 30 do século XX.

⁷ Como contribuição para a temática sugere-se: PADRÓS, Enrique Serra. “*Como el Uruguay no hay...*” *Terror de Estado e Seguridad Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*, 2 v. Tese (Doutorado em História),

para compreender o porquê de ter sido alvo constante das atenções da ditadura brasileira entre 1964 e 1973.

Em primeiro lugar, se trata de um país minúsculo, com uma característica demográfica muito particular: quase metade da sua população se localiza na capital Montevidéu, dado quase invariável com o passar do tempo; quer dizer, o que ocorre em Montevidéu adquire enorme repercussão em todo o país; a capital é o polo dinâmico nacional, em todos os aspectos. Tudo o que acontece em Montevidéu, então, repercute em todo o país. Em segundo lugar, o Estado uruguaio sofre a condição histórica de ter como únicos vizinhos contíguos países gigantesco como Argentina e Brasil; ao seu lado não há países equivalentes à sua dimensão territorial ou demográfica que permita relações minimamente simétricas, fato que tem, inegavelmente, desdobramentos políticos e econômicos. Por exemplo, dada a dimensão territorial e a extensão litorânea dos vizinhos, o país encontra-se, inclusive, distante de outros mercados o que, evidentemente, tem impacto em uma economia tão pequena. Em termos geoeconômicos, trata-se de um grande problema: o Uruguai, estruturalmente, por ser tão dependente das relações binacionais com seus vizinhos, fica muito vulnerável e exposto aos problemas conjunturais daqueles.

Durante o século XX, o Uruguai foi, até o advento da ditadura de segurança nacional, um país de tradição democrática consolidada, plena, não reduzida a meros aspectos formais. Essa tradição política era tão visível na sociedade que estava introjetada até nos coletivos mais mobilizados do movimento operário de tradição combativa. Durante as décadas de 1950 e 1960 esse movimento operário foi, em termos sindicais, de esquerda e de extrema esquerda. De fato, nas disputas pelas instâncias de representação, o movimento inclinava-se, majoritariamente, pelas correntes vinculadas a ideias socialistas, comunistas e anarquistas, entre as principais. Porém, nas eleições para o Poder Executivo e Legislativo, se comportava de forma peculiar. Somente um segmento pequeno votava no Partido Comunista ou no Partido Socialista. A maioria optava por alas mais próximas da socialdemocracia e do reformismo existentes nos partidos tradicionais. Ou seja, o movimento operário adotava uma postura dura e de confronto diante da relação capital-trabalho, mas em termos de atuação político-eleitoral votava nos partidos tradicionais e se comprometia com o respeito constitucional, o que parece, em si, um verdadeiro paradoxo, mas que pode ser explicado, em parte, por uma enraizada tradição familiar de votar em *blancos* ou *colorados*. Esse comportamento era feito de contrastes; o mesmo cidadão postava-se de forma distinta em *tiempos interelectorales* e em *tiempos electorales*. Enquanto que no primeiro caso, agia através de uma identidade sindical e classista, nos momentos eleitorais outros mecanismos incidiam sobre suas opções, como a tradição familiar ou necessidades de índole mais pessoal - como, por exemplo, solicitações de emprego, obtenção de telefone ou certidão de nascimento⁸.

Desde 1952, por mandato constitucional, a estrutura do Poder Executivo baseava-se em um sistema Colegiado constituído por nove conselheiros eleitos diretamente pelo eleitorado por um prazo de quatro anos. Todos pertenciam ao partido vencedor, sendo seis deles vinculados à lista mais votada – no Uruguai cada partido pode postular mais de um candidato para os cargos majoritários do Executivo – e os outros três às listas com menor representação dentro do mesmo partido. A presidência do Colegiado, de caráter representativo, era anual e rotativa entre os quatro primeiros titulares da lista vencedora⁹. A escolha de uma

Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. Também: VILLALOBOS, Marco Antonio. *Tiranos tremel!* Ditadura e resistência popular no Uruguai (1968-1985). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

⁸ AGUIAR *apud* ALFARO, Milita. *El derrumbe de la Suiza de América*. El Pachequismo y el Golpe Militar. Montevideo: Las Bases, s. d., p. 9.

⁹ NAHUM, Benjamín. *Manual de Historia del Uruguay 1903-1990*. Montevideo: Banda Oriental, 1995, p. 195.

nova forma de administração correspondia aos anseios de fortalecer a democracia; acreditava-se que o rodízio anual e a vigilância de um conselho de nove membros reduziriam o perigo da sedução pelo poder e a corrupção que o cargo de presidente poderia atrair. O *Partido Blanco* (Nacional) havia vencido o pleito em 1958 e o revalidara em 1962. Por conseguinte, sobre sua administração recaiu a pressão inicial da ditadura brasileira. Entremontes, o sistema Colegiado foi abandonado em 1966, ano em que o corpo eleitoral devolveu o governo aos *colorados*. Junto com a eleição presidencial, o eleitorado, mediante consulta plebiscitária, revogou o Colegiado e aprovou um presidencialismo unitário, com capacidade de tomar decisões rápidas, firmes e coesas para enfrentar urgências em tempos de crise acelerada e de efeitos nefastos para o conjunto da população (inflação, baixos salários, desemprego, desabastecimento)¹⁰.

As camadas mais deprimidas sofriam com as mazelas sociais existentes, derivadas de uma economia de pequena escala que, nos anos 50, começava a perder o acesso privilegiado aos mercados de países atingidos diretamente pela grande guerra. Concluída esta, a recuperação europeia e o surgimento de novos fornecedores mais competitivos que concorriam diretamente com seus produtos de exportação, colocaram em xeque a persistência da interpretação de uma ilusória “Suíça da América” – mito que já no seu tempo era descabido, impreciso, exagerado e enganador. Isso não significa ignorar que, mesmo no final dos anos 50, o Uruguai já possuía padrões sociais relevantes se colocados em perspectiva latino-americana, inclusive para parte dos setores populares, o que resultava da intermediação realizada pelo Estado através de políticas sociais. O Estado, como prestador de serviços nas áreas de educação, saúde e moradia, entre outros, compensava a renda mais baixa em poder dos trabalhadores e dos setores médios, o que ajudava a garantir um padrão de vida digno em comparação com os índices de qualidade existentes no resto do continente. Por outro lado, o reconhecimento de uma cultura democrática consistente e extensiva fez do país uma terra de acolhida de exilados, o que muito contribuiu para o aprendizado com os outros e o enriquecimento dos valores que iam conformando uma ética, tolerância e solidariedade do campo da esquerda. Nesse sentido, o Uruguai era – e continua sendo – esse pequeno país que não constituía ameaça direta alguma para seus vizinhos (por limitações óbvias), mas que nos anos 60 acolhia os exílios paraguaio, argentino e, desde o 1º de abril de 1964, brasileiro.

O golpe de Estado no Uruguai aconteceu em junho de 1973; contudo, desde 1968, o país entraria em uma profunda espiral autoritária a partir do advento da presidência de Jorge Pacheco Areco, vice-presidente que assumiu a vaga presidencial após a morte do titular Oscar Gestido, eleito menos de um ano antes. O governo Pacheco Areco se caracterizou pelo endurecimento, tensionando ao extremo os limites constitucionais, fato cada vez mais considerado pela historiografia mais recente, que começa a reconhecer algumas raízes do terrorismo de Estado promovido pela ditadura posterior¹¹. Quer dizer, embora formalmente ainda democrática, a gestão Pacheco (e o primeiro ano e meio do seu sucessor Juan María Bordaberry), foi pautada por uma conjuntura de acelerada erosão dos fundamentos democráticos. Isso havia resultado da imposição de uma política governamental que despartidarizou o diálogo político, desgastou as relações com o Parlamento e abriu importantes espaços na estrutura do governo para entidades diretamente representativas do grande capital financeiro, do mundo empresarial e das associações dos grandes proprietários de terra. Em decorrência, esvaziaram-se os espaços e tempos do debate político, o que foi acompanhado por um uso intensivo, persistente e ilegal dos mecanismos

¹⁰ BRUSCHERA, Oscar H. *Las décadas infames*. Análisis político 1967-1985. Montevideo: Lunardi y Risso, 1986, p. 15.

¹¹ YAFFÉ, Jaime. La dictadura uruguaya 1973-1985: nuevas perspectivas de investigación e interpretación histórica. *Estudios Ibero-Americanos*, v. 38, n. 1, jan. / jun. 2012, pp. 13-26.

coercitivos do Estado. O resultado foi evidente: a deterioração das relações políticas e da qualidade democrática, e uma grave radicalização de posições – sinais concretos de uma crise econômica prolongada que se arrastava como consequência das dificuldades de enfrentar a reestruturação mundial do capitalismo em andamento.

O exílio brasileiro como problema

Os acontecimentos de 1964 precipitaram a ida de muitos cidadãos brasileiros perseguidos ou que se sentiram ameaçados ao Uruguai. Pelos motivos já expostos anteriormente, esse quadro obrigou o novo regime a tentar, de todas as formas, manter certo controle sobre esses dissidentes, usando formas legais ou ilícitas. Embora a ditadura brasileira não tenha sido a primeira a realizar tais controles e seguimentos – lembramos antes do Paraguai de Stroessner, foi aquela que, além de aplicar medidas semelhantes contra seus exilados onde eles estivessem, usou, da mesma maneira, múltiplas formas de pressão para obter constrangedora colaboração dos governos dos países receptores.

A chegada do exílio brasileiro ao Uruguai reforçava as preocupações do Brasil com aquele país. Historicamente, a fronteira sul do país contou sempre com maciça presença militar; as justificações para tanto, segundo a escola geopolítica brasileira, eram sempre relacionadas com a intensa rivalidade com a Argentina sobre a Bacia do Prata. Logo, era evidente que não era do Uruguai que poderia vir alguma ameaça concreta contra a soberania brasileira; mas, se o Uruguai era um espaço em disputa entre as grandes potências regionais, então ele poderia ser um trampolim argentino contra o Brasil. Curiosamente, quase a mesma avaliação faziam os geopolíticos argentinos, só que de forma inversa. De qualquer forma, há um dado que não pode ser menosprezado.

A linha que demarca e separa o território uruguaio do brasileiro, se projeta, em boa parte, sobre uma fronteira seca, com uma concentração demográfica relativamente pequena, mas que funciona como ponto de encontro de ambos os países. Não se trata de uma fronteira que cumpre o papel de barreira, de separação, assinalando o fim da soberania do outro; trata-se de uma fronteira onde existem forças vivas e suas peculiares formas de convivência, interação e integração, por cima de regras proibitivas e impeditivas. É uma realidade muito singular; em tese, ali estão as instituições que normatizam o limite, a separação; mas, por outro lado, o comércio transcorre informalmente, há várias cidades geminadas nas quais, em certos momentos, é quase impossível reconhecer de que lado da fronteira se está. Há cidades separadas por rios estreitos e pequenas pontes. De cada lado da linha vivem pessoas de hábitos semelhantes e que se distinguem só pela língua, que de forma alguma vira empecilho. Estes dados não podem ser considerados secundários ou anedóticos; ao contrário, foram base consistente para condições que implicam no reconhecimento do funcionamento de redes de sociabilidade, relações de solidariedade e de convivência que se estenderam pela região e foram fundamentais para a resistência e sobrevivência nos anos repressivos. Evidentemente, essa forma de convivência e esses mecanismos de proteção e de ajuda exigiram a desarticulação dos aparatos repressivos de cada um dos Estados.

Os perseguidos políticos brasileiros, ao chegar a Montevideú, se deparavam com uma vivência de liberdade que lhes permitia desenvolver níveis de atuação, ação e contatos. Parte da sociedade uruguaia acolheu muito bem o exílio brasileiro; até mesmo núcleos democráticos de perfil liberal ou conservador se mostravam receptivos, corroborando a corriqueira tradição oriental de acolhida a quem se sentia ameaçado no seu país de origem. Os jornais locais publicavam matérias sobre o golpe contra Goulart e fotografias de

estudantes e trabalhadores no centro de Montevideu portando cartazes com dizeres contra os “gorilas brasileiros” e o “fascista” Carlos Lacerda¹². São imagens eloquentes de simpatia e de apoio de parte da sociedade receptora à população brasileira atingida com o ato inconstitucional. Entrementes, também eram imagens que expressavam preocupação e temor com os rumos que o Brasil começava a tomar.

Como sabemos, o primeiro escalão do governo Goulart, e seus principais aliados, se instalou na capital Montevideu. A escolha residia em inúmeros fatores, entre os quais, a proximidade com o Brasil, as históricas vinculações do pequeno vizinho com a política, economia e cultura do Rio Grande do Sul, a reconhecida tradição democrática e republicana do Uruguai, bem como a primazia do respeito à norma constitucional maior e a percepção de saber-se protegido. Esses atributos, entretanto, deixavam o Uruguai na mira da nova ordem brasileira, que colocou seu aparato repressivo e seu corpo diplomático em permanente estado de alerta.

Na perspectiva da DSN e da premissa do combate ao inimigo interno, o fato deste abandonar o país, não resolvia a questão. Pelo contrário, o temor do regime se reforçava com sua presença em território vizinho até porque, em tese, lá se beneficiava da prerrogativa de proteção concedida pela legislação de outro Estado soberano. De certa forma, a prematura organização de um exílio ativo mostrou ao Brasil – bem como às futuras ditaduras – que a pressão para que a oposição abandonasse o país era uma estratégia de resultados incertos. Tal constatação, acentuada com as posteriores trajetórias dos exílios uruguaio e chileno fez com que, em 1976, as Juntas Militares argentinas agissem buscando evitar essa situação indesejada. Quando se instalou a ditadura naquele país, o Cone Sul ficou totalmente interditado para deslocamentos de novas ondas de perseguidos políticos à procura de santuários ou terra amiga que os recebesse. Na Argentina, a estratégia foi tornar refém a população perseguida, encapsulando-a dentro do país; cercando militarmente o acesso às embaixadas e espaços consulares e bloqueando as passagens de fronteira. Assim colocavam-se rígidos controles militares sobre os pontos e corredores de saída do país, em uma estratégia de ferrolho (*cerrojo*), que estrangulava as vias de fuga. Obtinha-se, dessa forma, um dos pré-requisitos essenciais para efetuar com extrema eficiência o posterior extermínio em massa.

A história ensinou às autoridades brasileiras que entre o sul do país e o Uruguai, independente de convenções e tratados internacionais, havia uma continuidade territorial e processos de relacionamento e sociabilidade fronteiriços que linha demarcatória alguma conseguia impedir. Ao contrário, a identificação da sua presença, não havia sido suficiente para impedir a permanência das antigas formas de relacionamento comercial bem como a interpenetração de dinâmicas políticas que, às vezes, perpassavam a formalidade de meras convenções administrativas e envolviam as populações afixadas em cada lado do marco divisório. Para os estrategistas da nova segurança nacional, essas formas de relacionamento deviam ser combatidas por nocivas e antinacionais; alertava-se, enfaticamente, que eram perigosas: sem controle e fiscalização poderiam esconder inimigos da nação, corromper os sagrados valores da DSN e da Tradição, Família e Propriedade (TFP), por exemplo, e infiltrar forasteiros suspeitos. Consequentemente recomendavam extrema cautela.

As forças de segurança não demoraram em detectar importante trânsito e movimentos na zona fronteira imediatamente após o golpe. Esquematizando a informação recolhida em obras memorialísticas e nos documentos do DOPS pode-se aferir a ocorrência de diversas situações:

¹² GONZÁLEZ, Aurelio. *Fui testigo: una historia en imágenes*. Montevideo: Ediciones CMDF, 2011, p. 144.

a) Populações de cidades de fronteira que recebiam e escondiam militantes de Porto Alegre e de outras cidades do estado ou do país, “guardando-os” a passos da jurisdição do país vizinho – para onde os levariam em caso de emergência.

b) Militantes do PTB, PCB e sindicalistas das cidades de fronteira ou próximas a elas que, sentindo-se ameaçados em suas localidades desde a deflagração do golpe, atravessavam para “o outro lado” da linha demarcatória – literalmente atravessar uma rua, uma avenida, uma ponte; lá, se mimetizavam na cidade geminada (casos de Rivera, Chuy, Rio Branco, Artigas, Bella Unión e Aceguá), enquanto aguardavam a evolução dos acontecimentos para avaliar os riscos de voltar, permanecer “tão próximos” da jurisdição das forças de segurança que os perseguiam ou partir rumo à proteção da capital uruguaia.

c) Redes de solidariedade existentes na região acionadas por famílias, amigos, partidos ou outras instâncias afins (casos de sindicatos, Igreja, associações diversas).

d) Trânsito de “pombos correio” – indivíduos que desempenhavam a função de ser elo de comunicação buscando e levando informação. Eram responsáveis pela tentativa de manutenção de vínculos entre o exílio organizado e a resistência interna; a maioria deles era vinculada a Leonel Brizola, pretendiam ter informações sobre o estado das suas bases de apoio, dos Grupos dos Onze, etc., e organizaram as fracassadas tentativas de guerrilha nacionalista no Brasil.

Portanto, a fronteira do Rio Grande do Sul e do Uruguai viabilizava, inicialmente, a articulação entre uma possibilidade de resistência interna com o exílio que estava se organizando. Dentro dessa perspectiva, Montevidéu era, segundo as palavras do jornalista Flávio Tavares, “a Meca da revolução nacionalista-popular no Brasil”¹³. Era ainda, o centro do ativismo contra a ditadura no exterior. Tais fatos justificavam as exigências de controle, ao mesmo tempo acintosos, ostensivos e encobertos dos aparelhos de segurança.

Na esfera mais institucional, a administração de Castelo Branco indicou o funcionário do Itamarati Manoel Pio Corrêa para chefiar a representação diplomática no país onde se exilavam nada menos que João Goulart, Leonel Brizola, Darci Ribeiro, Paulo Schilling, o almirante Aragão e tantos outros. A escolha de Pio Corrêa foi mais do que emblemática, pois coube a ele o desafio de estabelecer nexos com as autoridades uruguaias e entidades e associações afinadas com o ideário do novo regime brasileiro. A sua função implicava no estabelecimento de um conjunto de mecanismos tanto legais quanto ilegais que, contando com agentes locais ou próprios, pretendia asfixiar a atuação política da comunidade exilada¹⁴. Sob o seu cargo confluíam prerrogativas tão díspares como a representação diplomática – e sua rotina de negociações, pompas e circunstâncias, o monitoramento dos ilustres exilados conacionais, e a pressão permanente sobre o governo uruguaio para que, atendendo aos pedidos do Brasil, limitasse ao extremo a liberdade de ação daqueles.

O sucesso da sua missão alçaria Pio Corrêa a voos mais altos no Itamaraty. Seu *know-how* no cerceamento dos exilados e seu conhecimento sobre os meios a serem potencializados para atingir aquele fim, levaram-no a formular as bases do discreto e invisível Centro de Informações do Exterior (CIEEX),

¹³ TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo, 1999, p. 175.

¹⁴ Segundo o jornalista Luiz Cláudio Cunha: “[Pio Corrêa] Premiado pelo primeiro general da ditadura, Castelo Branco, com a embaixada em Montevidéu, começou lá, com o coronel Câmara Senna, adido militar da embaixada no Uruguai, a articular a obra mais terrível de sua carreira: a montagem do secreto Centro de Informações do Exterior (CIEEX), formado inicialmente por uma rede de contatos que incluía políticos, militares, juízes, delegados de polícia, fazendeiros e comerciantes que fechavam o cerco sobre as atividades de João Goulart e Leonel Brizola, então exilados no país.” CUNHA, Luiz Cláudio. “A dupla morte da caça e do caçador”, in: *Observatório da Imprensa*, 14/12/2013, edição 776. Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/dezembro_6_a_dupla_morte_da_caca_e_do_cacador. Acesso em: 20/12/14.

esquema repressivo que utilizou a rede de embaixadas e consulados como plataforma de monitoramento e atuação contra os exilados. Atuando em sintonia com o SNI, geralmente mediante o corpo de enlace conformado pelos adidos militares espalhados pelas sedes diplomáticas sob sua jurisdição, tinha acesso direto à chefia do Itamaraty e ao Alto Comando das Forças Armadas.

No Uruguai, constatada a movimentação política dos opositores, a ditadura brasileira utilizou todos os meios possíveis para pressionar as autoridades locais. Pretendia-se que estas tomassem as medidas cabíveis para reverter o que se considerava então uma atitude condescendente e omissa da sua parte ao não tolher articulações políticas conspirativas contra a nação brasileira. A ditadura brasileira desconsiderava que o que denominava de omissão, incompetência ou descaso do governo *blanco* que comandava o Uruguai era, ao contrário, uma das qualidades da cultura política do país e que a mesma extrapolava querelas partidárias; era marca estatal que contava com respaldo social, independente de classe, em um país onde a imigração e o exílio haviam sido elementos fundadores da nação e da modernização do Estado.

Independente disso, poucas semanas após a queda de Goulart, o Brasil não mediu consequências; iniciou, assim, uma política extorsiva que implementou – sucessiva ou simultaneamente – formas de pressão ou de chantagem de toda ordem (econômica, política, diplomática e até militar). A Embaixada brasileira em Montevideu funcionou como epicentro da disseminação dessas diretrizes. Pio Corrêa procurou aproximar-se da direita e da extrema direita local, as quais viam positivamente a mudança de rumo ocorrida no Brasil; coincidiam e compartilhavam uma análise comum sobre a conjuntura latino-americana e as “ameaças comunistas” que se projetavam sobre a região. Setores partidários, militares, empresariais e midiáticos eram interlocutores pretendidos; dentre eles, encontraram sócios e parceiros para exercer coação contra o governo *blanco* para que restringisse o ativismo dos exilados. Tal pressão incidiu na política interna, combinando-se com a crise econômica que esgotava a capacidade estatal de atender às crescentes demandas sociais.

Enquanto a agitação sindical e os questionamentos da esquerda político-partidária e das correntes reformistas dos partidos tradicionais desgastavam o governo por um lado, movimentações nos quartéis – com ramificações na oligarquia e apoio da Embaixada brasileira, constituíam-se como força golpista ao redor do general Mario Aguerrondo. Esta conspiração alinhavada pela direita tem sido objeto de análise da historiadora uruguaia Clara Aldrighi¹⁵, que, depois de acurada análise sobre documentação estadunidense acerca da relação dos EUA com o Uruguai, entre 1965 e 1966, constatou algo que, em outros tempos, pareceria improvável. Segundo essas fontes, a Embaixada estadunidense de Montevideu procurou esclarecer o seu governo de que a divulgação de um hipotético caos interno no Uruguai não era procedente; era, sim, uma leitura distorcida do embaixador Pio Corrêa, que a disseminara pela região, visando justificar uma interrupção democrática que só interessava ao Brasil e a seus sócios internos. Ou seja, em outros termos, denunciava-se que a iniciativa ao redor do general Aguerrondo era uma aventura golpista patrocinada pelo Brasil. Os documentos não explicitam diretamente isso, mas é evidente que esta fórmula era vista como funcional para encerrar o problema gerado pela atividade da comunidade brasileira exilada no Uruguai. De qualquer forma, não deixa de ser paradoxal o esforço diplomático dos EUA para

¹⁵ ALDRIGHI, Clara. *Conversaciones reservadas entre políticos uruguayos y diplomáticos estadounidenses*. Uruguay y Estados Unidos 1964-1966: La diplomacia de la guerra fría. Montevideo: Banda Oriental, 2014.

demover a ditadura brasileira de apoiar um plano golpista sustentado pela sua própria embaixada em Montevideú¹⁶.

Tentando cumprir as ordens recebidas de neutralizar a denúncia, propaganda e articulação política (“conspiração”) desencadeada pelo exílio – com uma preocupação muito centrada nas pessoas de Brizola e Goulart, as avaliações de Pio Corrêa sobre a conjuntura uruguaia beiravam o tom apocalíptico; pode-se imaginar que o tom da mensagem do embaixador fosse uma estratégia de convencimento de núcleos reticentes dentro da estrutura do governo brasileiro. Ao anunciar que o governo perdera o controle e que o comunismo se havia infiltrado nas esferas mais estratégicas do aparato do Estado e da sociedade civil, Pio Corrêa defendia uma atitude firme do Brasil para evitar que o país caísse nas mãos da subversão e que esta, por sua vez, não contaminasse as populações vizinhas. Ao afirmar isso, o funcionário gerava suspeita sobre a veracidade da propaganda do governo brasileiro que reafirmava que “a situação interna do país estava totalmente sob controle”.

Paralelamente, os relatórios enviados pela Embaixada dos EUA reconheciam que, de fato, o Partido Comunista era forte no movimento sindical e estudantil, mas negavam que o governo tivesse perdido a capacidade de dialogar, negociar ou controlar o quadro político e afirmavam, peremptoriamente, que não havia a mínima possibilidade de ocorrer um golpe comunista no Uruguai. Igualmente, indicavam ao governo dos EUA que não poupassem esforços no intuito de demover os nichos do governo brasileiro que acolhiam a interpretação de Pio Corrêa. Em síntese, diziam os documentos referidos, seria um equívoco se omitir diante dessas pressões; mais do que isso, consideravam que, caso não fossem desarticuladas, poderiam gerar desdobramentos contraproducentes para os interesses da superpotência na região.

Apesar das iniciativas pró-golpe de Pio Corrêa não terem prosperado, as pressões sobre o Colegiado *blanco*, sim, surtiram efeito. Sendo assim, o diplomata obteve, por exemplo, uma atitude permissiva das autoridades locais quanto à entrada e mobilidade de agentes do DOPS circulando pelas cidades que compunham as rotas de estadia, entrada, fuga ou trânsito de cidadãos brasileiros. Neste contexto inaugurou-se uma rotina, posteriormente ampliada, de presença, circulação e atuação de agentes estrangeiros no interior dos países da região – o Plano Condor foi o máximo expoente e a mais sofisticada experiência dessa vasta e complexa forma de colaboração. Mas é importante frisar que, quase uma década antes da sua criação, uma sistemática conexão e coordenação repressiva se espalhou pela região, sobretudo a partir da iniciativa da ditadura brasileira em enquadrar e combater seus opositores exilados; para tanto, esta insistiu até obter a colaboração de vários governos de um Uruguai ainda democrático (já que, independente de recentes polêmicas historiográficas¹⁷, o fim do governo constitucional só veio a acontecer em final de junho de 1973).

Como foi dito anteriormente, o conhecimento adquirido por Pio Corrêa no Uruguai serviu de base para a estruturação do posterior CIEX, do qual foi mentor quando desempenhou a função de vice-ministro de Relações Exteriores, cargo que exerceu depois da sua passagem pelo Uruguai, após ter neutralizado e diminuído, com sucesso, a liberdade de ação com que se movia a comunidade exilada. Durante a sua gestão chefiando a Embaixada, o controle e a vigilância sobre os perseguidos políticos se tornou sistemática e explícita; de forma ostensiva houve monitoramento, vigilância, espionagem e, em

¹⁶ Vale a pena lembrar que o ex-agente da CIA, Philip Agee, denunciou em seu livro de memórias que Pio Corrêa tinha vinculações com a agência de espionagem dos EUA. AGEE, Philip. *Dentro da Companhia*: diário da CIA. São Paulo: Círculo do Livro, 1976, p. 384.

¹⁷ LESSA, Alfonso. *El pecado original: la izquierda y el golpe militar de febrero de 1973*. Montevideo: Debates, 2012.
17 GUTIÉRREZ, Cláudio A. Weyne. *A guerrilha Brancaleone*. Porto Alegre: Proletra, 1999, p. 93. Também: TAVAREZ, Flávio. *Op. cit.*, p. 112.

determinados casos, detenções ilegais (sequestros)¹⁸. A maior vitória obtida por Pio Corrêa em Montevideu acabou sendo, de fato, o confinamento de Brizola. Em 1965, depois de muita insistência, conseguiu que o governo uruguaio o obrigasse a retirar-se da capital, embora lhe permitisse escolher outra cidade que não ficasse a menos de 300 quilômetros da fronteira brasileira (exigência de Brasília). Ele optou pela cidade balneária de Atlântida, a menos de 40 quilômetros de Montevideu e mais de 300 quilômetros da fronteira brasileira (exigência de Brasília)¹⁹. Ao retirá-lo da capital se imaginava que seria mais fácil diminuir o círculo político no interior do qual Brizola se movia, bem como controlar seus movimentos e identificar quem o contatava. Em termos relativos, os objetivos haviam sido atingidos.

Percebe-se, então, que a ingerência da ditadura brasileira nas questões da política interna uruguaia – particularmente no que diz respeito à sua política de asilo –, ocorre já desde as primeiras semanas após o golpe de 1964. De certa forma, encontramos através destas ações de pressão os primórdios da estruturação da conexão repressiva, decorrência da compreensão e introjeção das orientações da Doutrina de Segurança Nacional. A vigilância sobre a comunidade brasileira assentada em Montevideu e em cidades uruguaias de fronteira se intensificou; o mesmo ocorreu com o aumento dos controles sobre as vias terrestres que comunicavam tais cidades com a capital bem como sobre os pontos de entrada ao país (alfândegas terrestres, aeroportos e portos). Aos poucos, a fronteira uruguaio-brasileira tinha-se tornado uma fronteira tensa: com o conhecimento dos fronteiriços, por ali continuavam passando os “pombos-correio” de Brizola, enquanto os esquemas de fronteira das organizações armadas eram adaptados e readaptados diante das ações preventivas de contenção repressiva.

Como se não bastasse, no final da década de 1960, a situação se tornou mais complexa. A imposição do AI-5 e o surgimento de pequenas organizações armadas de resistência, com a conseqüente radicalização do aparato repressivo, produziram maior trânsito entre os dois países. Ao mesmo tempo, no Uruguai, o crescimento do ativismo do Movimento de Libertação Nacional-Tupamaro (MLN) também impactou a fronteira; em momentos de maior pressão, houve retirada de quadros “queimados” para zonas de recuo tático onde os militantes estavam menos expostos. Na virada dos anos 60 para os anos 70, destarte, uma nova preocupação atraiu a atenção dos aparatos de inteligência e segurança brasileiros para a zona de encontro binacional: o medo de que a crescente “onda subversiva” do país vizinho tivesse efeitos expansivos em seu território, particularmente no Rio Grande do Sul, unidade da federação que sempre ensejava desconfiança diante de um passado e uma tradição trabalhista muito forte.

O Uruguai como problema para a segurança nacional do Brasil

Em relação ao Uruguai, outro motivo de preocupação para Brasília constituía a complexa dinâmica interna que ali ocorria desde a virada dos anos 50 para os 60 e que era atravessada por múltiplos fatores. Um deles resultava da combinação da tradição de esquerda com as novas estratégias de luta popular que surgiram a partir de meados da década de 1960 (central unitária dos trabalhadores, luta armada, frente popular) e que se alimentou, ainda, do aprendizado das lutas e derrotas daqueles que precisaram de um porto seguro, transitório ou definitivo, em terra oriental. Este é um ponto muito sensível para a política do Brasil a partir de 1964. Já vimos que coetaneamente à derrubada do governo Goulart, a consolidação da

¹⁸ GUTIÉRREZ, Cláudio A. Weyne. *A guerrilha Brancaleone*. Porto Alegre: Proletra, 1999, p. 93. Também: TAVAREZ, Flávio. *Op. cit.*, p. 112.

¹⁹ AGEE, Philip. *Op. cit.*, p. 419.

ditadura e a aplicação das primeiras ações depuradoras no Brasil, o Uruguai recebeu centenas de perseguidos brasileiros que se somaram a outros exilados anteriormente estabelecidos, casos do pequeno, porém, ativo coletivo paraguaio, do argentino, de outros grupos latino-americanos de menor expressão numérica e do envelhecido exílio da República Espanhola – que continuava recebendo famílias vítimas da sangria interminável produzida pelo franquismo e pelo cinismo do sistema internacional ao final da Segunda Guerra Mundial.

As novas correntes matizadas pelo exílio ou pelos reajustes/desajustes produzidos sobre o cenário europeu, à medida que iam chegando, passavam a conviver com uma paz que contrastava com os cenários de risco que haviam deixado para trás; embora isso não mitigasse a saudade e a dor de tantas perdas, permitia uma reestruturação desde o plano social, do trabalho e da família. Caso estivessem predispostos a isso, entravam em contato com uma realidade austera para importantes parcelas da população, mas que possuía características marcantes para muitos dos novos estrangeiros acolhidos: um cenário pacífico e democrático; possibilidades de emprego e sobrevivência digna; a existência de um Estado laico; uma rotina societária pouco afeta às marcas da religião; uma escola pública de reconhecida qualidade; uma classe média numerosa e, ao mesmo tempo, provinciana e cosmopolita; uma esquerda muito ativa (no plano partidário, intelectual, nos meios de comunicação e nos movimentos sociais); e um sindicalismo de longa trajetória de lutas. Ou seja, os perseguidos ou deslocados de outras terras, ao chegar ao Uruguai, se deparavam, entre tantas outras coisas vitais, com a perspectiva de participarem de um sincretismo político alimentado por percursos pessoais e coletivos muito diversos. A cada nova leva do exterior, uma nova camada de experiências se somava às já existentes, interagindo, contatando, aprendendo com elas e robustecendo o campo da esquerda como um todo. Como resultado desse potente intercâmbio, o Uruguai, apesar da sua escassa importância internacional e regional (diante das reconhecidas limitações de poder), se constituiu, nesses anos, como espaço de profícuas reflexões que extrapolaram o marco nacional. O semanário *Marcha* foi, sem dúvida, expressão maior e síntese de uma mirada uruguaia, latino-americana e anti-imperialista, analisando um cenário de intensas mudanças, informando sobre as lutas existentes e recolhendo a diversidade de pensamento; perscrutando caminhos e horizontes frente a uma realidade complexa e híbrida quanto a possibilidades de rupturas e continuidades, mas, também, com latentes ameaças regressivas.

A preocupação brasileira com a radicalização do embate político no Uruguai também se manifestou em relação a outros países da região, casos do Peru, Chile e Bolívia. Particularmente ativa se mostrou, nesse sentido, parte da grande imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro. Abusando de um tom alarmista para denunciar o que considerava avanço regional do comunismo, assumiu um discurso profundamente agressivo, presente em editoriais e no teor das matérias publicadas, exigindo, em síntese, que o governo do Brasil tomasse medidas fortes para impedir que a subversão se alastrasse pela América Latina. Jornais como *O Globo*, *Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil* entre outros, clamavam por intervenções similares àquela ocorrida no país. Diversos editoriais indicavam ser essa a solução; é evidente que essas empresas de comunicação especulavam com informação municiada pelos próprios serviços de informação e inteligência do regime. Tal fato foi denunciado com muita veemência nas páginas de *Marcha*, o respeitado semanário uruguaio vinculado à esquerda oriental e latino-americana no qual escreviam renomados jornalistas e intelectuais de diversas origens nacionais, caso de vários exilados brasileiros, especialmente o jornalista Paulo Schilling. Das páginas do semanário, Schilling denunciava as intenções e os movimentos geopolíticos da ditadura brasileira sobre a região; nas suas matérias explicitava as graves ameaças

projetadas sobre os governos de Juan José Torres (Bolívia) e Salvador Allende (Chile), ou contra a esquerda uruguaia. Os fatos futuros corroboraram a precisão dos seus prognósticos: o apoio aberto a iniciativas golpistas e a elaboração de planos de invasão militar estiveram, em determinada conjuntura, na ordem do dia da agenda brasileira para a região.

Retomando o caso uruguaio, cabe salientar que a continuidade da crise que vinha deteriorando a economia desde meados dos anos 50 se intensificou nos anos 60, acirrando as relações sociais e produzindo respostas estatais mais duras, principalmente a partir da gestão Pacheco Areco. A escalada autoritária promovida por este confirmou o esgotamento da democracia: foi sintomática a perda da capacidade estatal de negociação, do recurso ao diálogo como forma de resolver impasses sociais e políticos, e do respeito às manifestações classistas. A contínua aplicação das chamadas *medidas prontas de seguridad* - dispositivos constitucionais semelhantes a uma declaração de estado de sítio que deviam ser rigorosamente avaliados e fiscalizados pelo Poder Legislativo, deturpou seu caráter, transformando-as em recurso repressivo contra os trabalhadores organizados, e as organizações e a imprensa de esquerda. A radicalização do movimento operário e dos estudantes foi decorrência do aumento do arrocho salarial e dos recortes sociais promovidos pelo governo, bem como do crescente uso da violência estatal contra o protesto social. A interação dos sindicatos e dos estudantes com o acúmulo de luta de que eram portadores os combatentes sociais expulsos dos seus países, reforçou na esquerda uruguaia, tanto nas vertentes majoritárias de expressão comunista, socialista e anarquista quanto nas correntes minoritárias (trotskista, maoísta, castrista ou da esquerda católica) a capacidade de luta e a visão de que suas reivindicações não se esgotavam em demandas imediatistas, mas faziam parte, igualmente, de uma luta maior, por mudanças estruturais.

A intensificação das ações armadas promovida pelo MLN e por grupos menores acuou o governo Pacheco Areco. Como decorrência desse clima de instabilidade sobre a sua fronteira sul, a ditadura brasileira manifestou preocupações com os rumos dos acontecimentos internos orientais. Em 1970 um fato agravou as relações entre ambos os países. Assumindo uma estratégia mais ofensiva o MLN desencadeou uma série de ações que resultaram no sequestro do agente estadunidense Dan Mitrione²⁰, reconhecido especialista em métodos de tortura, e do cônsul brasileiro Aloysio Dias Gomide. O sequestro desses funcionários estrangeiros correspondia a uma escolha seletiva de alvos identificados com países que mantinham relações muito amistosas com o governo e participavam da modernização e treinamento das forças de segurança locais no combate às organizações clandestinas, armadas ou não. O Brasil, de fato, vinha transmitindo sua vasta experiência adquirida nos controles sociais internos, bem como nos mecanismos repressivos (técnicas de obtenção de informação, métodos de tortura – caso da *tortura brasileira*, ou seja, o pau de arara, o método esquadrão da morte, etc.). A presença de agentes brasileiros nas salas de interrogatório havia sido detectada pelos presos políticos; em função disso, o MLN identificou o Brasil como um dos sócios essenciais da administração Pacheco Areco e, indiretamente, um dos responsáveis pela acelerada deterioração democrática do país²¹.

²⁰ Lembrando que Dan Mitrione, anteriormente, havia estado duas vezes no Brasil, treinando e qualificando unidades policiais. Provavelmente, a sua presença no Uruguai facilitou a aproximação das forças policiais com os aparatos repressivos brasileiros.

²¹ Em entrevista feita a um dos principais chefes tupamaros da época, perguntei o motivo do seqüestro do funcionário brasileiro. A resposta explicitava que, para além da ingerência crescente da ditadura vizinha nas questões internas do Uruguai, havia outro motivo significativo. O MLN queria mostrar solidariedade com a resistência armada brasileira, que nesse momento sofria violenta repressão e o uso intensivo da tortura contra seus integrantes presos ou seqüestrados. Quer dizer, havia uma marca característica das organizações revolucionárias latino-americanas da época, a questão da solidariedade na luta, algo marcante nos anos 60 e presente nas relações que tentavam estabelecer entre si, embora

O sequestro de Dias Gomide gerou profundo mal-estar entre os dois governos. Embora publicamente isso não fosse admitido, por detrás dos bastidores, a administração Médici exigia do governo uruguaio a abertura de um canal de negociação com os tupamaros²². Estes pretendiam negociar sobre a base da libertação do maior número possível de presos políticos, muitos deles, nesse momento, sofrendo intermináveis sessões de tortura. Enquanto durou o sequestro multiplicaram-se as operações de pinça e varredura nas ruas (*rastrillaje*), cercos a bairros operários, barreiras de trânsito. Há informações contadas por sobreviventes de que, nesse momento, a presença de repressores brasileiros, inclusive do temido delegado Fleury, aumentou significativamente, colaborando com as forças de segurança nacionais. Por fim, em fevereiro de 1971, o diplomata foi solto após o pagamento de um vultoso resgate arrecadado pela esposa com ajuda de amigos, da imprensa e de empresários brasileiros; Dias Gomide, uma vez liberado, foi retirado imediatamente do país.

O ano de 1971 iniciou com o desencadeamento de um processo eleitoral que trouxe em seu bojo algo inédito. Sob o influxo da vitória da Unidade Popular chilena e das tentativas anteriores de atuação eleitoral unificada, foi criada a Frente Ampla, coalizão de partidos de esquerda, centro-esquerda e de dissidências reformistas dos partidos tradicionais, com forte apoio de intelectuais, trabalhadores, estudantes e de um número reduzido de qualificados militares constitucionalistas. O candidato presidencial da coalizão acabou sendo, justamente, o militar de maior prestígio entre aqueles que a ela aderiram: o general reformado Liber Seregni. Criada em fevereiro desse mesmo ano, a Frente Ampla conseguiu, rapidamente, mobilizar massivo apoio na capital, especialmente nos bairros operários e nas comunidades empobrecidas. Até a eleição de novembro, inovou na forma de atuar, de fazer política e na relação com os simpatizantes. Foi assim que convocou grandes comícios e atraiu a juventude, algo que as formas anacrônicas de fazer política não conseguiam há muito tempo; muito barulho, criatividade e festa acompanharam a abertura de Comitês de Base, as *pintadas* nos muros das cidades e as potentes vozes das *murgas* obreiras convocando apoio nos espaços públicos. Tudo isso tornou imprevisível o verdadeiro alcance da coalizão. Seu resultado eleitoral, entretanto, ficou longe de qualquer possibilidade de vitória para os cargos mais expressivos do Poder Executivo nacional e o da capital. Independente disso, a Frente Ampla obteve uma boa representação legislativa, o que projetava uma correlação de forças diferente para o período posterior. Todavia não se deve ignorar que até uns quatro meses antes da eleição, a Frente Ampla aparecia como um fantasma de potencial incerto que assustava os grupos conservadores e empresariais do Uruguai.

A ditadura brasileira acompanhava de perto o avanço da coalizão de esquerda; receava que seus interesses regionais pudessem ser prejudicados em caso de vitória da candidatura Seregni. Outra questão aguçava ainda mais esse temor. A partir de uma perspectiva geopolítica, o Brasil avaliava que estava em

com extrema dificuldade. Era uma demonstração de solidariedade com a militância perseguida que sofria, em outro país, o horror praticado nos centros clandestinos de detenção, prisões e delegacias de polícia. *Entrevista a Julio Marenales*, Montevideu, julho de 2007.

²² As experiências de luta em cada país eram rapidamente apreendidas tanto pelas forças estatais quanto pelas forças de oposição. O MLN partiu para a lógica dos seqüestros de personalidades vinculadas ao *establishment* a partir das experiências bem sucedidas das organizações brasileiras contra diplomatas estrangeiros. Visava-se, com isso, a divulgação de ações de efeitos psicológicos no país e no exterior, como forma de desgastar o governo. Pretendia-se trocar esses sequestrados por presos políticos. Contudo, diferentemente do que ocorreu no Brasil, essa estratégia não deu resultado. Ao contrário da posição negociadora dos ditadores brasileiros, Pacheco Areco se mostrou intransigente. Provavelmente, essa postura firme deveu-se ao fato de que o governo dos EUA avaliara como prejudicial para seus interesses, forçar o governo uruguaio a negociar a vida do agente Dan Mitrione. A administração Nixon temia que, caso cedesse à chantagem tupamara, no dia seguinte poderia deparar-se com que milhares de agentes- encobertos ou não – espalhados pelo mundo, eram potenciais alvos de ações semelhantes. Agentes como Dan Mitrione eram descartáveis para a política externa dos EUA. Diante dessa avaliação, Pacheco Areco se sentiu fortalecido na sua postura. O desfecho é conhecido: Mitrione foi executado e Dias Gomide amargou quase oito meses de seqüestro até ser libertado em troca de pagamento de resgate.

andamento uma virada política na região, com o avanço virtual, em médio prazo, de governos de esquerda ou centro-esquerda, o que poderia modificar o equilíbrio no mosaico do Cone Sul. A consolidação do Chile de Allende e seu programa socialista, o surgimento de uma estrutura partidária de esquerda com qualificada base parlamentar no Uruguai, e a evolução de complexas negociações envolvendo a volta de Juan Domingo Perón à Argentina, preocupavam o Brasil e o sócio estadunidense. Diante desse quadro se desenvolveu a Teoria do Cerco, a perspectiva de que se o Brasil não reagisse a tempo, poderia acabar, em pouco tempo, rodeado de países com governos hostis.

Considerando tais preocupações, durante o ano de 1971, a ditadura brasileira planejou uma ação de intervenção militar no pequeno país²³, a “Operação Trinta Horas”²⁴, um plano de invasão que seria ativado em caso de vitória eleitoral da Frente Ampla. O mesmo, em princípio, seria executado pelo III Exército, sediado na região gaúcha; o plano envolvia toda a linha de comando, desde o presidente-ditador até o último oficial que dela participasse. Seu planejamento havia sido antecedido pela construção de uma malha rodoviária estratégica; diversas estradas que confluíam sobre os passos de fronteira, haviam sido construídas ou modernizadas, facilitando ao extremo o acesso ao território uruguaio. A ofensiva devia contar com apoio aéreo significativo – uso de poder de fogo contra eventuais focos de resistência, suporte logístico de mobilidade e de transporte de tropas, munição e apetrechos militares. Segundo as avaliações dos estrategistas militares, trinta horas era o tempo necessário para que a vanguarda do Exército brasileiro dobrasse a resistência inimiga, ocupasse seu espaço nacional e submetesse a sua capital. A justificativa para essa ação era mais do que óbvia em tempos de Guerra Fria e de Revolução Cubana: evitar o que era visto como “cubanização” do Uruguai.

Os EUA, discretamente, apoiavam o plano; não só estavam a par do que estava sendo organizado como seus observadores militares circulavam próximos da linha divisória vigiando, coletando dados e avaliando o cenário em questão, conhecendo geopoliticamente a região e acessando informação privilegiada sobre o trabalho que a Frente Ampla realizava nos vilarejos e povoados fronteiriços.

Contudo, avaliações mais realistas sobre as possibilidades da coalizão de esquerda indicavam, já no início do segundo semestre, que ela não dispunha de potencial suficiente para vencer as eleições. Diante dessa constatação, o dispositivo invasor foi desativado; mantê-lo, sem uma justificativa concreta acarretaria um custo político desnecessário para o Brasil e aqueles que apoiavam a incursão. Na mesma época, as pesquisas eleitorais assinalavam que o verdadeiro desafio para o oficialismo vinha do conservador *Partido Blanco*, com o seu candidato mais reformista, Wilson Ferreira Aldunate. A vitória eleitoral deste candidato era vista como plausível nas especulações traçadas, dado que também foi levado em conta na avaliação da manutenção ou não do dispositivo de intervenção. Uma vitória da corrente mais reformista, mas também liberal e democrática do *Partido Blanco*, não justificava a intervenção do país nem constituía uma ameaça regional.

²³ Não havia novidade em propor uma saída tão agressiva. O legado de Pio Corrêa havia calado fundo. Um contexto mais conflituoso parecia exigir uma ação preventiva sem precedentes nas relações entre os dois países no século XX. Cabe mencionar um desprezível comentário do citado Philip Agee quando da despedida de Pio Corrêa do Uruguai. Segundo o ex-agente da CIA o embaixador confidenciara a um funcionário dos EUA, Horton, “que, se a situação no Uruguai não melhorar, mais cedo ou mais tarde o Brasil vai intervir – talvez não militarmente, mas de maneira que se fizer conveniente e necessária para que seja evitado o enfraquecimento do país vizinho e sua consequente vulnerabilidade à subversão comunista.” Essa informação leva Agee a afirmar, ironicamente: “Bem, pelo menos não teremos de enviar tropas como aconteceu com a República Dominicana – os brasileiros se encarregarão daqueles cinquenta e oito comunistas treinados... quando chegar o momento.” AGEE, Philip. *Op. cit.*, p. 478.

²⁴ PADRÓS, Enrique Serra. “A ditadura brasileira de Segurança Nacional e a Operação 30 horas: intervencionismo ou neocisplatinação do Uruguai?”, *in: Ciências & Letras*, n. 37, jan./jun. 2005, pp. 227-249.

Bloqueado o caminho da ocupação militar e de uma “Operação Limpeza” à brasileira contra a esquerda uruguaia, as forças internas e externas interessadas na permanência do *pachequismo* no poder optaram por outra estratégia: a corrupção eleitoral. Até hoje as suspeitas de fraude nas eleições de 1971 não foram totalmente dirimidas. A vitória do candidato *colorado* sobre o *blanco* foi por escassos doze mil votos e a passagem do tempo não superou as acusações feitas sob o calor dos fatos. Seja como for, o candidato Juan María Bordaberry acabou eleito Presidente da República, dando continuidade ao projeto político aplicado pelo governo anterior. Em todo caso, meses antes de ser conhecido tal desfecho o dispositivo militar já havia sido desarticulado. Porém, vale a pena retomar a questão, a inexistência de invasão não altera o fato de que ela foi planejada, estruturada, colocada na ordem do dia e só não ocorreu porque a dinâmica política demonstrou que não havia mais sentido em mantê-la. Sintetizando, uma invasão contra um país vizinho foi planejada e só foi desativada porque acabou sendo considerada desnecessária diante da evolução interna dos fatos. E é da maior relevância lembrar, para os efeitos deste estudo, que a maior parte das fontes conhecidas sobre a Operação Trinta Horas são de militares brasileiros²⁵.

Durante muito tempo se insistiu em que a Operação Trinta Horas também estava relacionada com uma provável vitória da guerrilha tupamara. Sabe-se, hoje, que as forças de segurança brasileiras haviam identificado e avaliado as limitações do MLN em termos militares. O discurso oficial e o eco da mídia cúmplice supervalorizaram o poder de fogo de uma organização que, quanto mais crescia, paradoxalmente, mais se enfraquecia, pois não dispunha de meios suficientes de segurança interna para garantir a proteção dos seus quadros. Durante a campanha eleitoral o MLN havia declarado trégua. Conhecidos os resultados desanimadores, com a vitória de Bordaberry, a organização retomou a iniciativa. Todavia, nesse novo contexto, sofreu sistemática perseguição do Esquadrão da Morte, organização parapolicial criminosa acobertada desde o próprio Estado. O MLN, ante a falta de respaldo do Poder Legislativo, ao qual apresentara denúncias concretas de tortura e assassinatos políticos praticados por aquela organização e sua vinculação estatal, partiu para uma ofensiva militar, em abril de 1972, que redundou em fracasso total. Para piorar, o Poder Executivo obteve dos legisladores a declaração de Estado de Guerra Interno, o que significou, na prática, isolar politicamente a guerrilha e permitir que as forças de segurança agissem, temporariamente, sem nenhum limite ou controle legal. Nesse contexto, o MLN descobriu que nos meses finais de trégua eleitoral, o Exército havia assumido as rédeas do combate, por pedido presidencial, e que durante meses se dedicara a produzir inteligência e avaliar informação. A radicalização da luta tornou visível que a organização tupamara fora infiltrada e profundamente exposta; muitos dos seus líderes foram reconhecidos nas ruas e seguidos durante semanas sem que o percebessem, e boa parte da infraestrutura de aparelhos caiu facilmente após meses de detecção. Como consequência, o MLN sofreu o golpe de graça e militarmente acabou destruído ainda durante esse ano. Aos remanescentes em liberdade restou a clandestinidade e o exílio; em termos de capacidade operativa, salvo poucas ações esporádicas, a organização arrefeceu totalmente²⁶.

²⁵ Ver: GRAEL, Dickson. *Aventura, corrupção e terrorismo. À sombra da impunidade*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1985. Também: CONTRERAS, Helio. *Militares confissões*. História secreta do Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

²⁶ Os tupamaros estavam presos, exilados ou haviam sido eliminados. A organização havia perdido capacidade operativa militar e política. Os grupos sobreviventes se digladiavam entre si, rompendo de forma quase definitiva. Sobre este tema arrolamos a seguinte bibliografia: ALDRIGHI, Clara. *Memorias de insurgencia: historias de vida y militancia en el MLN-tupamaros. 1965-1975*. Montevideo: Banda Oriental, 2009; CULTELLI, Andrés. *La revolución necesaria: contribución a la autocrítica del MLN Tupamaros*. Buenos Aires: Colihue, 2006; TAGLIAFERRO, Gerardo. *Adiós Robin Hood: 7 tupamaros, 40 años después*. Montevideo: Fin de Siglo, 2008.

Considerações finais

O golpe de Estado no Uruguai ocorreu em junho de 1973, momento em que a atuação de organizações armadas não passava de atos esporádicos e desesperados. Bordaberry, o presidente eleito em 1971 foi o rosto visível de uma articulação que teve apoio de correntes conservadoras dos partidos tradicionais, setores majoritários da hierarquia militar, de parte do mundo empresarial e de importantes protagonistas internacionais. A interrupção de uma democracia que vinha tropeçando, desde meados dos anos 60, com o uso recorrente das *medidas prontas de seguridad* e com a presença ostensiva das Forças Armadas na rotina do país, se consumou em 1973. Todavia, cabe esclarecer que a imposição da ditadura não correspondeu à imperiosidade de derrotar a “subversão armada” como sempre foi afirmado e reafirmado pela história oficial da ditadura e pelos governos coniventes que se seguiram posteriormente (administrações dos *colorados* Julio María Sanguinetti – duas vezes – e Jorge Batlle, e do *blanco* Luis Alberto Lacalle).

O golpe de Estado que enterrou a democracia combalida que restava no Uruguai visou, em realidade, o movimento operário, a sua poderosa central sindical e as forças que se haviam configurado ao redor da Frente Ampla e sua importante representação parlamentar – avaliada como futura ameaça eleitoral para as classes dominantes. Ou seja, contra as entidades sindicais e classistas foi usada uma perspectiva retroativa, era a grande força que faltava enquadrar, o que atendia às expectativas de imposição de “paz social” e disciplinamento da força-de-trabalho para a reestruturação capitalista e o fomento à entrada de novos investidores externos; para a organização partidária, dada a sua curta história, foi aplicada uma perspectiva preventiva, considerando seu potencial de crescimento, a menoridade de hipotéticos futuros eleitores da coalizão e o agravamento das condições de sobrevivência para parcelas crescentes da população. Foi contra essas estruturas políticas, principalmente, que ocorreu a imposição de uma ditadura de segurança nacional.

Aliás, no momento do ataque contra as instituições democráticas ocorreu um fato singular de resistência e que vincula e conecta, de certa forma e mais uma vez, as histórias do Brasil e do Uruguai. Para os democratas uruguaios que acolheram os primeiros perseguidos políticos que haviam abandonado o Brasil, após o golpe que derrubara Goulart, parecia inexplicável a ausência de resistência popular em defesa de um governo reformista bem como a de um novo Movimento da Legalidade. Mas a posterior convivência com os exilados, a avaliação dos rumos que a ditadura brasileira tomava e o impacto das suas primeiras medidas restritivas levou o conjunto das forças políticas democráticas e de esquerda uruguaias a repensar o momento latino-americano e, particularmente, a relação de forças que se esboçavam nos países do Cone Sul.

A troca de percursos e a interação entre organizações ou grupos afins gerou, em relação aos derrotados, uma grande solidariedade – e de classe, doutrinária ou de identidade antiimperialista; tratava-se de uma luta revestida e percebida como uma épica universal, fundamentada em um contexto político-cultural – os anos 60 – no qual as palavras “utopia” e “revolução” pareciam expressar expectativas muito concretas *a la vuelta de la esquina*, em que o conflito capital *versus* trabalho gerava iniciativas de apoio, de tomada de posições e de manifestação de simpatias.

Em função disso ocorreu no Uruguai algo de muita valia política: a transmissão de experiências de sucesso e de fracasso, e o aprendizado com as lutas dos outros, algo que se expressava através do fluxo de informação direcionado pelos vasos capilares da resistência como um capital comum que devia ser

socializado e levado em conta nos embates nacionais que se multiplicariam pelo continente naquele contexto. A criação da Convenção Nacional dos Trabalhadores (CNT) no Uruguai, em 1965, foi expressão dessa perspectiva de luta e resultou de uma caminhada unitária de fortalecimento da classe trabalhadora. No seu ato fundacional foi assumido, como algo emblemático, um compromisso de profunda base realista. Partindo dos acontecimentos no Brasil e reconhecendo o impacto que essa potência regional tinha sobre as questões internas uruguaias, os delegados reunidos em assembléia aprovaram a moção de que, caso ocorresse no país um quadro semelhante ao que derrubara o governo de Goulart no Brasil, a CNT, imediatamente, decretaria greve geral de resistência visando defender a democracia e reverter a iniciativa golpista. Oito anos depois dessa declaração de princípios, coerentemente com o que havia sido decidido no ato de fundação, a CNT deflagrou uma greve geral de ocupação de fábricas e demais locais de trabalho pretendendo paralisar o país e impedir o golpe de Estado promovido por Bordaberry e os militares. A greve geral durou quinze dias e, apesar de todo o esforço dispensado, acabou derrotada. Uma correlação de forças muito desigual e a brutalidade da violência estatal em proporções inéditas acabou com a resistência dos trabalhadores. A derrota da greve foi acompanhada por violenta perseguição contra as lideranças sindicais, a demissão massiva de delegados de fábrica, a prisão de centenas de trabalhadores, a proibição dos sindicatos, a destruição de suas sedes e da própria CNT.

A trajetória do governo Bordaberry rumo ao golpe de Estado e à imposição de um regime de exceção foi acompanhada e apoiada pelo Brasil, que brindou explícita ajuda econômica e apoio diplomático consistentes ao novo regime. O comércio internacional do Uruguai, em consequência, se decantou ainda mais para o Brasil. Um fator de aproximação entre os respectivos governos de força foi certa comunidade de interesses e de elementos doutrinários; para além dos elementos securitistas característicos dessas ditaduras, havia também, no caso de Bordaberry, a possibilidade de pontos de encontro baseados nos interstícios de uma concepção integrista da sociedade que vinculava uma forte tradição católica profundamente conservadora que se encontrava em suportes políticos importados do franquismo e que, no Brasil, encontravam correspondência entre os seguidores da Tradição, Família e Propriedade.

A imposição de uma ditadura no Uruguai significava para o Brasil mais uma vitória no processo de impedir o surgimento ou permanência de governos hostis sobre suas fronteiras, passo importante na distensão da região e no afastamento de hipotéticos efeitos de perturbação e contaminação sobre suas fronteiras sensíveis, onde a desconfiança sobre uma numerosa população de passado trabalhista alimentava sempre um ativo estado de alerta diante da dificuldade de obter maior base de apoio para o regime e uma persistente incógnita quanto a uma fidelidade desejada, mas com recaídas de instabilidade.

O ano de 1973 foi um ano de definições no Cone Sul. O Brasil, assumindo protagonismo direto e agindo em sintonia com os interesses estadunidenses, se livraria dos medos anunciados pela Teoria do Cerco. Assim, apoiaria os golpes de Estado e as ditaduras de segurança nacional resultantes no Uruguai de Bordaberry e, poucas semanas depois, no Chile de Pinochet. Dois anos antes, havia contribuído significativamente na derrubada do governo popular de Torres, na Bolívia; enquanto isso, o Paraguai de Stroessner orbitava cada vez mais ao redor de um emaranhado de relações em que despontavam os acordos da futura Itaipu Binacional. A Argentina, nesse momento, destoava; mas a ilusória “primavera camporista” não evitaria o mergulho em um mar de contradições e violência política sem igual, antecipando a ditadura paradigmática do “poder desaparecedor”.

O Uruguai inaugurava uma nova etapa em 1973. Uma longa ditadura se projetaria até 1985. A tradição democrática foi pulverizada, o Parlamento fechado, a censura imposta, o sindicalismo proibido. Instituições estatais, o sistema de ensino e a Universidade foram enquadrados, intervistos. Expurgos,

demissões e exonerações foram massivas. O país contou, no período, com o maior percentual de presos políticos do mundo; o exílio uruguaio foi traumático, até porque foi o que mais sofreu com os vôos do Condor. Centenas de cidadãos foram mortos ou desapareceram (a maioria no exterior) e o percentual de crianças sequestradas em relação aos índices de desaparecidos nacionais é superior à mesma relação que há na Argentina. A economia do país foi desindustrializada e internacionalizada; o país se endividou e tornou-se uma praça financeira internacional, e os índices sociais correspondentes aos setores médios e aos mais pobres da sociedade se agravaram ainda mais.

Mas, pelo menos, enquanto perduraram as relações da ditadura uruguaia e da ditadura brasileira, as relações entre ambas fluíram de forma bastante amistosa e harmônica.

Enrique Serra Padrós: Professor de História Associado do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atua nas áreas de História Contemporânea, do Tempo Presente e Ensino de História. Pesquisa as Ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul e sua Conexão Repressiva. Organizou os quatro volumes da coletânea “A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória” e “Cone Sul em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a História Recente”.